



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0250/13	DATA: 09/04/2013
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 16h46min	DURAÇÃO: 02h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h16min	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
LIZIÉ PEREIRA BUSS - Médica veterinária e fiscal federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
REJANE ALVES - Coordenadora de Doenças Alimentares do Ministério da Saúde.
RAQUEL MONTI SABAINI - Representante do Ministério do Meio Ambiente.
MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO - Consultor da Confederação Nacional dos Municípios — CNM.
CHARLI LUDTKE - Gerente de Animais de Produção da ONG WSPA Brasil — (Sociedade Mundial de Proteção Animal).
ROBERTO SMERALDI - Diretor da ONG Amigos da Terra.

SUMÁRIO: Debate sobre a crueldade a que os animais de produção são expostos em abatedouros municipais e estaduais legalizados do País.

OBSERVAÇÕES

Há expressão ininteligível.
Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde, senhoras e senhores. Vamos tomar os nossos assentos. Todos fomos vítimas do engarrafamento.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública destinada a tratar da crueldade a que os animais de produção são expostos, em abatedouros municipais e estaduais legalizados, ou não, do País.

O requerimento é de autoria do Deputado Ricardo Tripoli. Nós o julgamos oportuno, fizemos uma votação, e ele foi aprovado por unanimidade devido, principalmente, às últimas reportagens, que trouxeram impacto muito forte para a sociedade.

Comunico a todos, principalmente aos expositores, que este evento é transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Informo, também, que esta Comissão fará um debate interativo, por meio do Portal e-Democracia. Assessores desta Comissão estarão encarregados de moderar os participantes e trazer as perguntas dos internautas, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou Parlamentares durante o debate.

Neste momento, eu quero passar a Presidência desta Comissão ao autor do requerimento, Deputado Ricardo Tripoli, com o nosso aplauso. (*Palmas.*)

Desejo uma boa e profícua reunião.

Quero registrar a presença, também, do Deputado Giovani Cherini.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, aos quais neste momento agradeço a presença, pela importância do tema e pelo momento problemático por que estamos passando, no que diz respeito ao tema proteção animal, relacionado à saúde pública, ao agronegócio e à visão ambiental.

Eu quero, inicialmente, convidar para que venham se sentar conosco os três primeiros expositores, e vamos assisti-los, e, em seguida, os três outros expositores. São seis expositores, e nós vamos dividir suas falas em duas etapas.

Nós temos só um problema. A ideia é que cada um utilize 10 minutos, porque, às 16 horas, normalmente, começa a Ordem do Dia. Se não houver votação, poderemos ficar aqui até 18 horas. Mas, se houver votação, normalmente, na hora



em que se acender essa luz verde, localizada na frente do nosso painel, nós temos que encerrar a reunião e ir para o plenário. Então, eu pediria a compreensão de todos. É uma questão regimental. Isso acontece em todas as reuniões. A Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, que está reunida agora, discutindo alguns projetos de lei igualmente importantes, deverá proceder dessa mesma forma.

Portanto, caso isso aconteça, quero apenas informar àqueles que não têm o convívio, a habitualidade do nosso Regimento Interno que, muitas vezes, o Presidente pode encerrar a sessão, e as pessoas ficarem sem saber o que aconteceu, por que algumas pessoas foram ouvidas e outras não. Mas, não é isso.

Então, peço àqueles que tiverem exposições e apresentações a serem feitas através de filmes que tentem, dentro do seu horário, compatibilizar a fala com a exposição para que a gente possa ter melhor aproveitamento desta reunião. A ideia é que nós possamos, ao término desta sessão, realizar um inventário de tudo o que aqui ocorreu e levar à Comissão de Constituição e Justiça e à de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados todo o debate.

Convido, inicialmente, para compor a Mesa o Sr. Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Sra. Raquel Sabaini, Coordenadora de Fiscalização de Fauna do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente; e a Sra. Rejane Alves, Coordenadora de Doenças Alimentares do Ministério da Saúde. Essa é a primeira fase.

Na segunda fase, nós teremos o Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios; a Dra. Charli Ludtke, Gerente de Animais de Produção da ONG WSPA; e, em seguida, o Sr. Roberto Smeraldi, Diretor da ONG Amigos da Terra.

Eu não preciso falar da motivação — obviamente, dispensa alguma fala —, pois ela já se dá, sem sombra de dúvida, há algum tempo aqui na Casa. Eu tive o privilégio de trabalhar com o Código Estadual de Proteção aos Animais no Estado de São Paulo, que foi aprovado, hoje é lei. Apresentamos um projeto de lei, em 2007, nos mesmos moldes, um pouco mais elaborado porque atenderia a todo Brasil, que é o Código Nacional de Bem-Estar Animal. Pasmem todos, o projeto está estagnado, parado há cerca de 7 anos porque foi solicitado que ele participasse de mais comissões temáticas. Em função disso criou-se a chamada comissão mista. E,



quando se cria uma comissão mista aqui na Casa, os Líderes têm que indicar os membros. Enquanto os Líderes não indicam os membros, a Comissão não se constitui. Em não se constituindo a Comissão, obviamente o projeto não é analisado. Então, nós estamos aguardando. Eu espero que, obviamente, essa reunião possa nos ajudar bastante para que o projeto caminhe. Até porque, dentro do projeto, vários artigos dizem respeito a essa questão do chamado abate humanitário. Então, nós estamos aqui torcendo para que os Deputados assimilem a importância desse debate.

Por isso, nós chamamos os vários segmentos, que, acho, estão representando mais do que à altura. Há um grande grau de conhecimento de ciência de todos os senhores que estão aqui nos visitando hoje e terão oportunidade de se manifestar.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Só para fazer um registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Deputado Ricardo Tripoli, só para registrar, como gaúcho, que nós não queremos que esse projeto seja votado, porque realmente mexe com a tradição do Rio Grande do Sul.

Preciso fazer esse registro em nome do meu Rio Grande, que é contrário a seu projeto justamente porque ele é um projeto que mexe com a cultura, com a tradição. E nós gaúchos preservamos muito a nossa cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Deputado Cherini, com todo respeito a V.Exa., que já presidiu a Comissão de Meio Ambiente, só para lembra-lo que o projeto a que me refiro não é o Projeto de Laço de Bezerros, que é um projeto de minha autoria. Trata-se aqui do Código Nacional de Bem-Estar Animal. Embora V.Exa. tenha antecipado a sua manifestação, eu espero que durante esta sessão haja um convencimento de V.Exa., porque nós poderemos lhe ter como aliado.

Mas o processo laboratorial do contraditório é muito importante. E acho que isso vai se dar aqui com respeito a todos aqueles que vão participar dessa nossa Mesa.

Portanto, vou passar a palavra — as mulheres mandam. Eu perguntei às duas quem seria primeiro, e elas já direcionaram: o Dr. Enio Antonio Marques Pereira.



Informo a S.Sa. que terá 10 minutos para sua manifestação. Em seguida, nós passaremos a palavra às outras palestrantes.

O SR. ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, demais participantes desta Mesa, é uma honra muito grande estar presente a uma audiência em que tema tão importante como esse está sendo tratado.

Ainda mais em um País como o nosso, que tem uma liderança muito forte, é uma potência agrícola e, como tal, já trabalha com política de qualidade mundial. Então, para nós não há nenhuma dificuldade em levar avante todas as discussões, tudo que for necessário para o aprimoramento dessas regras.

Nós participamos em mais de 60 fóruns internacionais, considerando todo o ambiente — saúde animal, sanidade vegetal, inspeção de produtos de origem animais, bebidas, classificações, classificação de produtos e essas coisas todas.

Eu pedirei à Dra. Liziê, que é uma das representantes de Comissão de Ética, Bioética e Bem-Estar Animal do Ministério que trata desse assunto, para que faça uma breve apresentação, com menos de 10 minutos, dando um *overview*, uma visão sobre o estado das regras em relação a bem-estar animal.

A SRA. LIZIÊ PEREIRA BUSS - Boa tarde a todos os senhores. Eu sou Liziê Buss, médica veterinária, fiscal do Ministério da Agricultura, trabalho no Departamento de Inspeção de Produtos Animal, subordinada ao Dr. Enio Marques. Apresentarei aqui a parte da Comissão de Bem-Estar Animal e os seus trabalhos dentro do Ministério.

A temática do bem-estar animal é linear dentro do Ministério da Agricultura, abrange várias Secretarias, principalmente a Secretaria de Defesa e Cooperativismo, que trata da parte de produção animal, cadeia produtiva. E a parte da Secretaria de Defesa Agropecuária, que engloba o DIPOA, a Defesa Animal, o VIGIAGRO, a parte de fiscalização desse cadeia produtiva e também a parte de abate.

Por ser linear, foi instituída a Comissão Técnica Permanente, através da Portaria 524. Os objetivos são: desenvolver e propor medidas, padrões e recomendações técnicas de bem-estar animal; estimular e promover eventos



vinculados ao assunto, treinamentos; articular, propor acordos, convênios e termos de cooperação, e publicação e divulgação de material técnico-científico.

Como ela está organizada: sua sede é aqui em Brasília, no Ministério da Agricultura. Os representantes desta Comissão são os seguintes: o DEPROS, um Departamento dentro da SDA, que responde pela parte de cadeia produtiva; o DIPOA, do qual eu faço parte, que é a parte de inspeção de produtos de origem animal; a DSA, de saúde animal; o VIGIAGRO, que é a fiscalização de fronteira; e a Secretaria de Relações Internacionais. E também dentro de cada SFA, em cada UF nós temos um ponto focal de bem-estar.

Sobre legislação relativa a bem-estar, o que existe hoje: o Decreto-Lei — guarda-chuva — de 34, que estabelece medidas de proteção; a Lei 9.605, que trata de crimes ambientais, que tem penalidade para métodos cruéis de abate; o RIISPOA, legitimado por decreto, que é a base legal do DIPOA, que impute como responsável o estabelecimento de abate; a Normativa 56, que são recomendações na parte de sistema produtivo e transporte de animais.

E especificamente sobre abate humanitário, nós temos a Instrução Normativa nº 3, que identifica e autoriza os métodos de insensibilização autorizados; estabelece pontos oficiais de controle; aqueles manejos para evitar sofrimento e maus-tratos dentro de estabelecimento de abates nos três níveis — é amplo, não se aplica apenas ao SIF —; construção de equipamentos com objetivo de evitar injúrias — equipamentos e instalações; e também determina a elaboração de programa de autocontrole do estabelecimento a fim de monitorar o bem-estar animal; e informações mínimas, requeridas no caso de aprovação de novos de métodos de insensibilização.

Dentro do escopo da Comissão, nós temos um termo de cooperação com a WSPA, que é uma ONG de proteção animal mundialmente conhecida, apoia a EFSA, na Europa, desde 2008, e ela faz, tem feito, na parte do abate humanitário, treinamento com veterinários oficiais dos três níveis de inspeção — bovinos, suínos e aves.

Então, todo esse pessoal que foi capacitado, que em 2012 terminou com 5.500, nós entendemos que eles são multiplicadores desse conhecimento. Eles



recebem um material de excelente qualidade, bom conhecimento técnico, e podem multiplicar esse conhecimento para outros.

Com essa experiência no treinamento de 5 anos e com as nossas demandas atuais, o pessoal da Comissão, junto com os departamentos envolvidos, resolveu elaborar nova proposta de minuta para atualizar a legislação brasileira; elevar o nível de proteção dos animais no momento do abate; e incluir, deixar mais amplo, harmonizar os procedimentos entre SIF, SIM e SIE — aí, dentro da lógica do guarda-chuva do SUASA, do SISBI; incorporar novo conhecimento científico; prever suporte legal para os fiscais e para os estabelecimentos exercerem seus procedimentos de controle; e também fazer com que a nossa legislação atenda aos mais exigentes mercados hoje em voga.

O grupo foi composto, então, pela Comissão, pelo DIPOA, que é o departamento de inspeção que trabalha nessa parte de abate, e pela WSPA. Tivemos colaborações da Federal do Paraná, do laboratório de bem-estar animal, e do grupo ético.

As diretrizes dessa proposta: reforçar a responsabilidade dos estabelecimentos, na parte de bem-estar animal; estabelecer a figura do responsável de bem-estar animal, de forma a facilitar a troca de informações entre o serviço de inspeção e o estabelecimento; determinar critérios de avaliação para o método de insensibilização aplicado, não estipulando parâmetros; definir os procedimentos que são proibidos; demandar que os programas de autocontrole que as empresas já possuem sejam estabelecidos em cima de bases de conhecimento científico; estabelecer diretrizes para bases de emergência; solicitar informação do rótulo do método de abate aplicado; e estabelecer o que é um bom resultado do procedimento de insensibilização.

Essa proposta está em consulta pública. Para quem quiser participar, enviar colaboração, nós temos o *link*. Como o *link* é complicado de decorar, é só entrar na página do Ministério da Agricultura, rolar a página até embaixo, vocês vão encontrar aquele *link* em vermelho, "consulta pública", e lá vocês vão ver a minuta inteira, mais uma tabela comparando a legislação atual com a proposta feita, e as justificativas para as alterações, e também outra tabela onde vocês podem incluir, para podermos



padronizar o recebimento dessas sugestões, porque o nosso objetivo é compilar todas elas e dar resposta a cada um dos usuários.

Além dessa proposta de bem-estar, que já está em consulta pública, está, digamos assim, no terço final do seu caminho, nós temos também um grupo de trabalho instituído para regulamentar o transporte animal. Aí nós participamos, junto com o Grupo Ético, com a WSPA, o DETRAN, que é o órgão de fiscalização rodoviário, a CNA e a EMBRAPA. Pretendemos ter esse trabalho, essa proposta de minuta concluída em 2014.

Junto, também, nós temos um memorando de entendimento com a DG SANCO, que é o órgão de fiscalização da União Europeia, com o objetivo de estabelecer uma comunicação regular, troca de informações e experiências entre os técnicos europeus e brasileiros. O primeiro encontro está previsto para agosto. Houve uma reunião, ontem, com a DG SANCO, na qual eles se mostraram muito entusiasmados em fazer essa cooperação com o Brasil, propondo treinamentos, no âmbito do BTSF — Better Training for Safer Food, que eles têm lá; e também a elaboração de encontros internacionais, tanto com a participação dos brasileiros na Europa quanto a dos europeus aqui no Brasil.

Esse é um dos eventos, que já está previsto para São Paulo. A programação é excelente, há vários palestrantes de todo o mundo. Vamos disponibilizar para o Ministério pelo menos uma vaga para cada Estado, a fim de divulgar as discussões feitas no âmbito do *workshop*.

Os parceiros da Comissão, privados e públicos. Também a divulgação de materiais é uma atividade da Comissão. Nós temos esses materiais, que são manuais de identificação, manejo de terneiros, transporte e embarque, todos eles publicados, vão ser distribuídos em dia de campo e podem ser baixados no sítio do Ministério da Agricultura, também. Eles estão lá, em PDF, para divulgar as boas práticas de manejo no âmbito de propriedade.

Esta a minha explanação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu queria agradecer a participação ao Sr. Enio e à assistente do Ministério da Agricultura, Pecuária e



Abastecimento, pela brevidade com que conseguiram sintetizar a sua fala, o que nos ajuda bastante aqui no debate.

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, eu queria anunciar a presença da Deputada Janete Capiberibe; do Deputado Márcio Macêdo; do Deputado Oziel Oliveira; e do Deputado Dr. Paulo César, que está aqui conosco, sempre presente em nossas reuniões da Comissão de Meio Ambiente, o que nos dá um grande prazer. S.Exa. é médico e atuante Deputado na Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável. Anunciar também a presença de Bruno Pinheiro, da FALA — Frente de Ações pela Libertação Animal; de Alfredo Dantas, da ANFFA Sindical – Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários; de João Ferreira; e do representante da UNAFA — União Nacional dos Fiscais Agropecuários, Francisco Saraiva da Silva Júnior.

Passo agora a palavra à Dra. Rejane Alves, que fará a sua exposição.

A SRA. REJANE ALVES - Boa tarde a todos e a todas. Agradeço, em nome da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, o convite para estar aqui presente e apresentar as doenças transmitidas por alimentos.

De tudo o que foi falado, sempre pensamos: quais as doenças transmitidas por alimentos neste Brasil afora?

A Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmitidas por Alimentos faz parte de um grupo de atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, da qual eu faço parte.

Vou fazer um delineamento com relação à parte, vamos dizer, mais oficial das DTAs. Quando acontece qualquer falha no processamento, no abate, em todo o processo produtivo, uma vez que trabalhamos do campo à mesa, com relação aos alimentos, isso vai repercutir em nós, consumidores.

A Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmitidas por Alimentos foi iniciada em 1999 já pensando num procedimento de atividades integradas. Então, desde sua estruturação, estiveram fazendo parte, além da Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, também o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, entre outros, com a participação da Organização Pan-Americana de Saúde.



O marco legal dela é a Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. A partir de agora eu vou chamar de DTA as doenças transmitidas por alimentos. Compete a investigação e a implantação nas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde...

Mas o que é surto? Como procedemos com relação à investigação dos casos de surtos? Só para clarear para vocês, surto é episódio em que duas ou mais pessoas apresentam os mesmos sinais e sintomas após ingerirem um alimento ou uma água contaminada, sendo essa água ou alimento da mesma origem. Porém, chama atenção que um caso pode ser considerado um surto por uma doença rara. Por exemplo, botulismo, um caso é considerado surto. Então, a notificação dos surtos é uma notificação de forma imediata. Inclusive a ocorrência do surto é notificada pelas Secretarias Municipais de Saúde e segue toda a sua hierarquia, segundo o Sistema Único de Saúde — Município, Estado e Distrito Federal.

Informo a portaria e o anexo. No anexo II, no item III: Doenças Transmitidas por Alimentos em embarcações ou aeronaves.

Outra coisa, para a qual quero chamar a atenção dos Senhores, qualquer alteração no padrão epidemiológico das doenças conhecidas, independente de constar no anexo I da Portaria — porque tem o anexo I, II e III —, é considerada notificação obrigatória ou notificação compulsória.

O que é a Doença Transmitida por Alimento? É uma síndrome, geralmente constituída por diarreia e/ou vômito; anorexia, que é a falta de apetite; náusea, relacionada a ingestão de alimentos ou água contaminados.

Agentes etiológicos envolvidos nesses surtos: bactérias, vírus, protozoários, toxinas, agrotóxicos, produtos químicos, metais pesados, dentre outros.

Qual o quadro clínico que nós consumidores podemos ter após o consumo de um alimento contaminado? Depende do agente etiológico envolvido, que vai desde uma considerada “simples diarreia” — entre aspas —, ou doença diarreica aguda, chegando até a insuficiência renal aguda ou a outros agravos, inclusive a óbito.

Qual o objetivo geral? Por que nós do Ministério da Saúde junto com todos os nossos parceiros das esferas federal, estadual e municipal implantamos vigilância das DTAs do Brasil? É que a gente precisa reduzir as incidências das DTAs a partir do conhecimento. Se não conheço, não posso prevenir ou controlar absolutamente nada. Então, a partir do conhecimento do problema e da sua magnitude, eu vou



subsidiar as medidas de prevenção e controle, contribuindo para a melhoria da nossa qualidade de vida, inclusive com o alimento que consumimos no nosso dia a dia.

Objetivos específicos: conhecer o comportamento das DTAs, quer seja o alimento animal, vegetal; detectar, intervir, prevenir e controlar os surtos de DTAs; identificar os locais, alimentos e agentes etiológicos mais envolvidos nos surtos; detectar as mudanças nos comportamento para que, aí, tomar as medidas de prevenção e controle de forma eficaz; identificar as tecnologias ou práticas utilizadas na produção e prestação de serviços para diminuir os riscos, obtermos maior observação com relação aos riscos de DTAs neste País como um todo.

Além do mais, temos que identificar e disponibilizar subsídios para que a assistência médica seja feita de acordo com o agente etiológico, buscando diminuir os casos de sequelas e as complicações. Dentre eles, a gente precisa da educação continuada, que temos que promover desde o campo, como eu disse no início, até a nossa casa, até a nossa mesa.

Como se faz isso? Utilizando-se de materiais — *folders*, cartaz, cartilhas — e mantendo conversas entre nós, a população — eu não me excluo: nós, população. Precisamos saber acondicionar, transportar e consumir o alimento.

Todos vão ter uma surpresa daqui a pouco quando eu falar dos dados epidemiológicos.

Com relação aos dados, o que temos buscado neste País a partir do ano 2000.

Rejane, não aconteceu antes? Claro que havia vigilâncias das DTAs, antes; porém, integrado foi a partir do ano 2000. Em 1998, começamos a estruturação. Em 1999 foi o pontapé inicial para implementarmos, validarmos todo o processo de trabalho. Porque eu não acredito que a gente busque informação, e só chegue a informação na esfera federal. A agente tem que agir na esfera municipal, trabalhar com todos de forma integrada. Ninguém faz o seu caminho sozinho, há sempre a coparticipação para que se possa construir a vigilância epidemiológica de forma efetiva.

Aqui, só para vocês terem ideia das DTAs que chegam ao Ministério. Essa é a ponta do *iceberg*? Sim. Mas, antes, nós não tínhamos tanta informação; hoje, sim,



temos informação em relação aos casos de DTAs — aí há o número de surtos, casos ou doenças.

Observem os senhores o que ocorre do ano 2000 a 2013. No ano 2000, antes da implantação, nós tivemos 427 surtos; no ano 2001, 872; e assim por diante.

Hoje, claro, vocês perguntam: “*Não há surto hoje?*” Claro que há, mas nós estamos no início do ano, e precisamos das informações que são repassadas pela esfera municipal de saúde. Ali está como preliminar.

Quero chamar a atenção para o fato de que, em 2012, nós tivemos essa quantidade de surtos, 792 surtos, e vejam a quantidade de pessoas envolvidas: quase 20 mil pessoas doentes. Não são controles, são casos. Ocorrência de casos leves, moderados e até graves, chegando à hospitalização e inclusive a óbito.

Aqui mostramos a proporção por Região. Se observarmos a Região Sul, podemos perguntar: “*É onde acontecem mais surtos?*” Não, é onde existe maior sensibilização na informação. Aí, você vai perguntar: “*E a Região Norte*” — está um pouquinho desconfigurado, mas é onde está 3,5% — “*é onde acontecem menos surtos?*” Não, é onde precisamos implementar ações para que possamos ter as informações de forma adequada. Temos que considerar que a Região Norte tem problema de deslocamento, para as áreas mais remotas, mas temos buscado, nesses anos todos, fazer com que esse processo se dê de fato. Que a Secretaria Municipal de Saúde assuma o seu devido papel, como está assumindo, graças a Deus.

Aqui é só para ter uma ideia do tipo de alimento envolvido. Vai de tudo, gente. Como aqui o foco é a carne, está lá a carne, as carnes suínas. Isso significa dizer que esses alimentos foram envolvidos nos surtos. (*Ininteligível*) nessas carnes, quais são? Variadas, porque não identificamos se a carne é “sifada”. Não chega essa informação para nós. Claro, quando vamos fazer a investigação do surto, sabemos como é essa carne, como é esse procedimento.

Os ovos, por exemplo, cujo principal agente etiológico é a salmonela, são os principais vilões, vamos considerar assim, de toda a cadeia dos surtos. Por quê? Porque já rotularam assim. Se há caso de DTA: “*Foi a maionese?*” Os senhores já ouviram isso. Há vários alimentos envolvidos. E sabemos que é questão de controle das carnes e ovos. Graças a Deus, há um trabalho excelente sendo feito, que temos



acompanhado com o DIPOA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aqui mostramos, em gráfico, os casos que estão em tabela, para ficar mais claro para os senhores.

Observamos que os alimentos mistos são os principais alimentos envolvidos nos surtos, que qualquer um de nós pode ter, ou já teve. Então, os primeiros são os alimentos mistos; os ovos e os produtos à base de ovos estão em segundo lugar, e aí vai até gorduras e emulsões, desculpem-me, até produtos à base de soja.

Esse detalhamento não somos nós da esfera federal que fazemos, é a esfera municipal. O Município é que faz a investigação, que busca essas informações através do contato com as pessoas doentes, fazendo a investigação epidemiológica caso a caso, muitas vezes, ou no hospital.

Aqui mostramos os principais agentes etiológicos.

O principal agente etiológico que temos no Brasil — só chamando a atenção — é a salmonela. A salmonela é transmitida por quê? Por ovos, derivados e outras coisas mais — alimentos. O que estamos buscando? Fazer com que as atividades sejam desenvolvidas, porque eu já vi em alguns locais: “*Vendem-se ovos trincados*”. Isso é uma coisa aberrante, que sabemos que no interior do interior acontece. Então, o que temos? *Salmonella spp*, que é a salmonela, seguida de *Staphylococcus aureus*. O *Staphylococcus* está onde? Na nossa mão, na manipulação dos alimentos. Por isso trabalhamos com educação, comunicação e mobilização social. Seguido de *Bacillus cereus*, *Escherichia coli*, dentre outros.

Por que queremos chamar a atenção para o número de surtos por agente etiológico? Porque precisamos trabalhar de forma mais integrada ainda com o MAPA. Já temos desenvolvidos alguns trabalhos muito importantes para continuar o procedimento de trabalho.

Aqui mostramos os locais. As nossas residências são os principais locais onde acontecem os surtos de DTA. Antes eu imaginava outra coisa, que eram os restaurantes. Nós somos os produtores de nossos próprios surtos. Então, o que temos de ver? Se a manipulação de alimentos na nossa residência está deixando a desejar. Os locais de incidência chegam até creches, escolas e outras instituições.



Aqui mostramos o fluxograma. Por que eu coloquei isso? Para os senhores observarem que nós trabalhamos de forma integrada. Sem integração das três esferas do Governo, seguindo os preceitos do SUS, equidade e tudo, não conseguimos fazer uma investigação de surto de forma adequada. Portanto, a vigilância precisa ficar ativa.

Eu trouxe algumas cópias de alguns manuais, para o caso de interessarem aos senhores. Há o manual de cólera, porque precisamos dar subsídio técnico e científico a toda investigação de todo procedimento. Há os manuais de febre tifoide, cólera, botulismo, DTA e alguns outros materiais.

Através da monitorização das diarreias, identificamos a mudança no comportamento delas, visto que os principais eventos quando estamos num surto por consumo de alimento de forma inadequada são, geralmente, diarreia e vômito.

Está aí o manual, além de outros materiais específicos, principalmente para escolas, para trabalhar com merendeiras, etc. Eu tive que correr um pouco por causa do tempo, mas estamos à disposição para perguntas e também para aprofundar as nossas atividades com os senhores. Reforço: integração é tudo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer à Dra. Rejane Alves, Coordenadora de Doenças Alimentares do Ministério da Saúde, por sua exposição. Lembro a todos que seria bom se pudessem depois nos fornecer as apresentações para que possamos compilar o material e fornecê-lo para o debate na Comissão de Meio Ambiente.

Vou passar a palavra à Dra. Raquel Sabaini, Coordenadora de Fiscalização de Fauna do IBAMA. Ela representa aqui o Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. RAQUEL MONTI SABAINI - Obrigada. Boa tarde a todos e a todas. Em nome do Ministério e do IBAMA, agradeço a oportunidade de falar aqui.

Antes de entrar na questão específica, resolvi fazer um apanhado da legislação, do que ela considera maus-tratos a animais.

Vou chover no molhado e lembrar a todos o art. 225 da Constituição Federal, que diz que cabe ao poder público proteger a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade.



Nesta Constituição Federal não fazemos diferenciação entre animal doméstico, silvestre ou exótico, ou seja, todos os animais estão tutelados pelo Estado. Então, todos os animais são passíveis de proteção do Estado.

Se formos buscar a legislação infraconstitucional, a primeira vez que se falou de maus-tratos no Brasil, foi no Decreto nº 24.645, de 1934. Esse decreto lista várias circunstâncias que são consideradas maus-tratos. Não cita o abate animal. Esse decreto, alguns legisladores o entendem como revogado, outros o entendem como não revogado, mas era uma ferramenta importante para nós de configuração de maus-tratos.

O Decreto Lei nº 3.688, a Lei das Contravenções Penais, que estabelece que passam a ser contravenção penal, a partir de 1951, os maus-tratos, ou abuso, a animais.

A nossa lei atual, a Lei de Crimes Ambientais, a Lei nº 9.605, deixa claro que para quem praticar ato de abuso e maus-tratos, ferir ou mutilar animal silvestre, doméstico ou domesticado há pena de detenção e multa. Não está regulamentado o que são maus-tratos. Não existe regulamentação hoje que defina o que são maus-tratos. Isso fica a critério dos técnicos principalmente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Abater animal para consumo é maltratar? É uma pergunta que várias vezes as pessoas me fazem em sala de aula ou em palestras. Matar galinha é crime? Pode ser, mas chutar é crime? É maltratar, mas matar nem sempre é crime. O que diz a Declaração Universal dos Direitos dos Animais? Se a supressão de animal é necessária, ela deve ser instantânea, sem dor e sem angústia. Ou seja, pode-se abater o animal para fins de consumo humano ou consumo de outros animais, mas tem que ser feito de forma instantânea, sem provocar dor e sofrimento desnecessário ao animal, seja ele um animal doméstico, seja ele um animal silvestre.

O RIISPOA diz que só é permitido o sacrifício de animais por métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização, baseada em princípios científicos. Esse método é regulamentado pelo próprio Ministério da Agricultura. Então, abate humanitário é aquele que torna inconsciente o animal, em que é realizada previamente a sangria, e a insensibilização é instantânea e eficaz. É esse



tipo de abate que é autorizado e que deveria ser feito para consumo humano ou de outros animais.

Matadouro clandestino, que foi o que vimos na reportagem, Sr. Deputado, é clandestino: não obedece ao RIISPOA, não possui licenciamento ambiental para o funcionamento, ou seja, ele causa impacto também no meio ambiente com os dejetos, ele causa danos à saúde pública, aos animais e ao meio ambiente.

Para garantir o abate humanitário, há a inspeção sanitária. O próprio RIISPOA, que trata da inspeção industrial, está a cargo do DIPOA desde a fase de recebimento, elaboração e preparo. Então, essa questão de garantia de que vai haver o abate humanitário desses animais está sob inspeção sanitária.

Com a Lei Complementar nº 140, o licenciamento ambiental passou a ser atribuição do ente municipal ou estadual. Nesse caso, a atribuição do Município é licenciar a atividade de impacto ambiental. Se se pensar que maus-tratos a animal, que o sofrimento animal causa impacto ao meio ambiente, tem-se que o licenciamento dessa atividade, ou seja, o matadouro, tem que prever a questão do bem-estar animal. Isso passa a ser atribuição dos órgãos municipais de meio ambiente. O IBAMA age supletivamente nessas questões.

Bem, era isso o que eu tinha a dizer. Sou analista ambiental, médica veterinária e fiscal do IBAMA. Está aí o meu contato.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a participação à Dra. Raquel Sabaini, Coordenadora de Fiscalização de Fauna do IBAMA, que contribuiu para este debate. Com certeza, com a participação dos membros desta Comissão, nós teremos um relatório final extremamente proveitoso.

Eu vou pedir só um minuto para que possamos desfazer a Mesa e constituir a nova Mesa. Peço que os novos participantes venham para cá e os que estão aqui vão para o lugar em que eles estavam.

Muito obrigado pela participação.

Nós vamos dar continuidade ao trabalho. *(Pausa.)*

Dando continuidade, nós vamos ouvir agora o Dr. Mário Augusto Ribas do Nascimento, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios.

S.Sa. terá 10 minutos, como os demais participantes.



O SR. MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO - Gostaria de saudar todos os senhores e senhoras, em particular o Deputado Ricardo Tripoli, que propôs o requerimento, os demais painelistas, Sr. Enio Pereira, Sra. Regiane Alves e Sra. Raquel Sabaini, e meus colegas de Mesa, Dra. Charli Ludtke e Sr. Roberto Smeraldi.

Meu nome é Mário Augusto Ribas do Nascimento e represento aqui a Confederação Nacional dos Municípios. Nós vamos apresentar aqui, devido ao tempo bem curto, uma pesquisa que fizemos em relação à inspeção de produtos de origem animal, ao sistema de inspeção municipal. O tema da palestra é *A crueldade a que os animais de produção são expostos em abatedouros municipais — aí entram os Municípios — e estaduais legalizados no País.*

(Segue-se exibição de imagens.)

Todos os senhores e as senhoras sabem — e aqui falou o Dr. Enio muito bem, ao colocar a posição do Ministério da Agricultura em relação a este assunto, isto é, que cabe a fiscalização do abate não só ao Ministério da Agricultura, mas também aos Estados e aos Municípios, em cada esfera do Governo, tendo em vista a questão da inspeção sanitária: o SIM, municipal, o SIE e o SUASA, ou o SIF. Em âmbito municipal, nós fizemos uma pesquisa no ano passado, tendo em vista a necessidade e a preocupação com esse tema, não apenas em relação à crueldade com os animais, mas também com relação à saúde dos alimentos que são oferecidos à população depois do abate dos animais bovinos, suínos, aves, etc.

Fizemos, então, a seguinte pesquisa: *Diagnóstico dos serviços de inspeção dos Municípios brasileiros SISBI/SUASA*, com o objetivo de mapear a atual situação de inspeção dos produtos de origem animal nos Municípios brasileiros.

Nosso objetivo é mapear e incentivar os Municípios a que instalem o Sistema de Inspeção Municipal, que fiscalizem o abate e as agroindústrias de produtos de origem animal. E também promover a capacitação dos agentes públicos, incentivar a adesão dos Municípios, aumentar a agregação de valor à produção da agroindústria familiar, especialmente, que está nos pequenos Municípios — essa agregação de valor é importante. E, ainda, viabilizar que os produtores e as agroindústrias possam comercializar além das divisas do Município, para outros Municípios, ampliando mercados. Enfim, têm uma série de vantagens os Municípios que instalam o seu



Sistema de Inspeção Municipal — além de diminuir, o que repercute no tema desta palestra, a crueldade a que os animais são expostos no abate.

Vejamos o resultado da pesquisa, que foi feita no ano passado, em julho, e, que, portanto, é atualizada. Está aqui o Sr. Pires, grande incentivador de nossas ações no MAPA, junto com o Sr. Enio, em parceria com os Municípios.

À pergunta *“existe um serviço de inspeção municipal de produtos de origem animal criado por lei municipal?”* 67,71% dos Municípios do Brasil responderam que não possuem. Quase 70% não possuem serviço de inspeção municipal. Podemos, então, imaginar a situação nos Municípios relativa ao abate. Apenas 32,29%, portanto, responderam “sim” à pergunta.

À pergunta *“o serviço encontra-se estruturado com médico veterinário e auxiliares para as atividades?”* 79% daqueles 32,29% que têm serviço de inspeção municipal responderam “sim”, que está estruturado, e 20% responderam “não”, não está estruturado.

À pergunta, feita aos que possuem serviço estruturado, *“os médicos são específicos para a função?”* responderam “sim” 67% e “não” 32%. À pergunta *“em caso negativo, quais as atividades que eles acumulam?”* tivemos como resposta saúde animal, vigilância sanitária, controle de zoonose, vigilância ambiental e outras. Ou seja, são várias as atividades. O Município contrata o veterinário, o técnico responsável pela fiscalização, que tem outras atividades além dessa. Vejam como é complicada toda essa situação. Tudo envolve custos, enfim.

À solicitação *“se o serviço de inspeção já foi estruturado, indicar a quantidade de estabelecimentos que se encontram registrados”* tivemos como resposta: carnes e embutidos, 1.981; leite e derivados, 1.150; pescados, 350; mel, 383; ovos, 191. Então, a maioria dos estabelecimentos que se encontram registrados estão relacionados a carnes e embutidos, ou seja, estabelecimentos que dependem do abate de animais.

“O serviço já foi formalmente criado, o Município já solicitou a adesão SISBI/POA/SUASA?”. A essa pergunta 20% disseram que sim, que teriam solicitado. Nós sabemos que não é bem assim: eles acham que solicitaram e, às vezes, não solicitaram, oficialmente não solicitaram. Mas apenas 20% solicitaram adesão ao sistema nacional, o SISBI/POA/SUASA, que é o Sistema Unificado de Atenção à



Sanidade Agropecuária. O Município tem que estar com sua estrutura adequada para poder aderir ao SUASA, ao SISBI/POA. Aí sim, com a adesão, as suas agroindústrias locais vão poder, com uma estrutura adequada, com boas práticas, enfim, comercializar além da esfera do âmbito municipal. Então, é necessário ele aderir ao SUASA para poder comercializar além da divisa do Município, com outros Municípios, outros Estados, enfim, para aumentar os seus mercados. Então, é importante a adesão ao SISBI/POA e ao SUASA.

Se ainda não foi solicitada a adesão ao SISBI/POA e SUASA, quais os fatores limitantes ao cumprimento? Falta de legislação específica, 12%; falta do domínio da matéria, 18%. Estamos aguardando os novos prefeitos, que estão assumindo agora. Em parceria com o MAPA, o MDA e o CNM, realizaremos 30 seminários nacionais, em que iremos orientar os prefeitos sobre como aderir ao sistema, como fazer essa adesão, sobre a legislação, a formação de consórcio, enfim, para sensibilizar os prefeitos, os secretários, os gestores municipais da importância de terem o seu sistema de inspeção municipal instalado e da adesão, posteriormente, ao SUASA e ao SISBI/POA.

O conhecimento é importante, mas há uma grande falta de recursos orçamentários também. O prefeito não conhece, não sabe como funciona, ele não sabe que tem que contratar, que deve ter um veterinário, uma estrutura. Já estamos prevendo, porque temos que começar a buscar alternativas, que ele vai ter que contratar, vai ter que montar uma estrutura, vai ter que gastar.

O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, sempre diz que hoje no Brasil se faz uma “prefeiturização” — tudo é o Município —, só que, dos recursos, apenas 15% do bolo tributário nacional fica com os Municípios. O restante é dividido entre o Estado e a União: vinte e poucos por cento com o Estado e quase 60% com a União.

Então, para que a grande maioria dos Municípios possa implantar o sistema de inspeção municipal são necessários recursos. A grande maioria certamente — muitos não, porque têm recursos e receitas, talvez —, mas a grande maioria não tem recursos. Essa é uma dificuldade. Vai ter que achar mecanismos de apoio, de repasse.



Uma alternativa que nós teríamos seria como funciona a Vigilância Sanitária. Hoje, há no Orçamento do Ministério da Saúde um repasse para os Municípios, mensal ou periódico. Prestam-se contas, e o Município recebe o recurso do Ministério da Saúde, da Vigilância Sanitária, e realiza as ações de vigilância sanitária no comércio local, nos mercados, nos açougues, enfim, na cidade, no âmbito municipal, na área urbana.

Nós precisamos, talvez, viabilizar e construir uma política de agregar um novo recurso ao Orçamento do Ministério da Agricultura. E nós vamos trabalhar para isso, vamos buscar fazer com que o Governo Federal entenda essa necessidade, essa demanda importante do Brasil. Não é só dos Municípios; é da população brasileira, é dos Municípios, enfim, da economia local, que também vai ser fortalecida tendo em vista a redução da sonegação fiscal, o aumento da emissão de notas fiscais, a diminuição do abate clandestino, com a instalação do SIM, com a fiscalização.

Indiretamente o Governo investe, mas há um retorno muito maior do que simplesmente se pensar no gasto executado. Com apoio maior aos Municípios, haverá maior retorno tributário com a redução do abate clandestino.

Qual a expectativa da Prefeitura em relação ao SISBI? Existe a expectativa da Prefeitura: geração de emprego e renda; permitir acesso de estabelecimentos registrados a outros mercados, não apenas aos do âmbito local, mas a outros Municípios, a outros Estados. Imaginem o mercado que se abre para esses Municípios, essas agroindústrias.

Outras expectativas são: estimular o registro formal de estabelecimentos industriais existentes, em que entra a questão dos impostos; melhorar a qualidade dos produtos ofertados à população; e atrair novos estabelecimentos para o Município.

Existem ações de combate a produtos clandestinos de origem animal? Setenta e dois por cento “sim”, 27% “não”. Então, o Município realiza, de certa forma, mesmo que, às vezes, de forma precária, ações de combate a produtos clandestinos de origem animal.

Agora, em caso afirmativo, como é organizado? Vigilância Sanitária, 70%, e não é função da Vigilância Sanitária inspecionar os abatedores, os matadouros,



enfim. Mas por que eles citam a Vigilância Sanitária? Porque o recurso repassado mensalmente viabiliza esse controle. Via SIM, só 10%.

Produtos de origem animal com maior ocorrência de irregularidade: carne, 41% — o que era previsto —; leite, 17%; queijo; 13%. Então, 41% das irregularidades ocorrem com carnes.

O Município participa de algum consórcio entre Municípios? Aqui, é para facilitar a adesão, a inspeção sanitária. O consórcio é uma das alternativas que estamos buscando, quem sabe, para viabilizar. Apenas 33% participam de algum tipo de consórcio no Brasil

Aí é outra questão, em relação à compra de merenda escolar; do PNAE/PNAC, que envolve a agroindústria familiar. Isso não tem muita relação com o assunto. É o valor gasto.

Então, podemos perceber a dificuldade que temos no Brasil e a questão do abate. O SIM é muito importante. Vamos buscar sensibilizar os prefeitos nesse sentido, mas é importante uma ação paralela, conjunta, além da informação, da qualificação, da capacitação dos prefeitos, da orientação que vamos fazer com o MAPA agora, com o MDA, com a CNM e outros parceiros em todo o Brasil. Precisamos pensar uma forma de repassar recursos aos Municípios. Não é possível que tudo recaia sobre eles. Salário de professor, saúde, educação, transporte, infraestrutura, tudo sobre o Município. E o recurso? Aí é só em cima do prefeito.

Agora, para haver isenções tributárias oferecidas para aquecer a economia, muitas vezes se retiram recursos dos Municípios, como, por exemplo, a do IPI, que é base do FPM. Isentam do IPI, diminui a arrecadação do FPM, diminui a arrecadação municipal. Aí os Municípios têm que gastar cada vez mais em outras funções: têm que instalar os sistemas de inspeção municipal. Enfim, vem a dificuldade.

Mas acreditamos que está sendo discutido o pacto federativo, a reforma tributária, enfim, definição das competências. Não queremos que haja “prefeiturização”, como diz o Presidente Paulo Ziulkoski, mas que haja equilíbrio, repasse de recursos para as ações que os Municípios vão ter que desenvolver ou deveriam realizar e desenvolver.

Isso é justo, é correto, mas tem que haver recursos, tem que haver contrapartida, enfim, para poder viabilizar. Não existe mágica. O que existe é



trabalho, darem-se as mãos os entes federados — Município, Estado e União —, e cada um cumprir sua missão nesse processo.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu gostaria de agradecer a participação do Dr. Mário Augusto Ribas Nascimento, Consultor da Confederação Nacional de Municípios.

Passo a palavra à Dra. Charli Ludtke, Gerente de Animais de Produção da WSPA Brasil.

A SRA. CHARLI LUDTKE - Boa tarde a todos! Vou falar um pouco da nossa área. Venho trabalhando, nos últimos 5 anos, na WSPA — Sociedade Mundial de Proteção Animal —, principalmente com o Programa Nacional de Abate Humanitário.

O que a gente tem visto ultimamente no Brasil é uma grande discrepância entre os sistemas de inspeção. Nós temos um sistema de inspeção federal, que hoje está funcionando muito bem, mas os sistemas de inspeção municipal e estadual ficaram bastante esquecidos durante esse tempo.

O que vou mostrar aos senhores é um panorama do que vem sendo feito, a forma como temos contribuído, porque a nossa ação como ONG é uma ação muito proativa, de tentar auxiliar em vez de criticar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, nós criamos em 2008 o Programa Nacional de Abate Humanitário exatamente por verificar o quanto há de problemas nessa área e o quanto dos animais que o Brasil abate ao ano — mais de 5 bilhões — têm uma morte cruel, com dor e sofrimento. Porque nem toda morte é uma morte boa, com o animal anestesiado.

Então, a nossa preocupação sempre foi capacitar, ensinar como se faz, ser proativos, nos juntar ao Governo, fazer um programa de cooperação com os órgãos que fiscalizam, para tentar realmente enxergar de forma proativa e fazer as melhorias acontecerem.

Então, em 2008, foi criado o Programa Nacional de Abate Humanitário. E muitos diziam assim: *“Não é função de uma ONG. Vocês vão agora ensinar a matar?”* Sim, a gente está ensinando a matar, ensinando a utilizar os equipamentos



de insensibilização, porque a gente percebe que há uma deficiência muito grande no conhecimento de quem está realizando o abate desses 5 bilhões de animais ao ano.

Então, nós criamos, em 2008, com o Ministério da Agricultura o programa, elaboramos material e começamos uma capacitação em massa a partir do ano de 2008 no Brasil. Começamos também a trabalhar em conjunto, como a Liziê mostrou, na atualização das nossas legislações, porque, se não houver legislações atualizadas, que legalizam a situação, muitos não aderem, e nas universidades a inserir o programa, para os professores de faculdade de medicina e veterinária ensinarem como se faz aos futuros veterinários e zootecnistas que trabalham no campo.

Então, vem crescendo o número de profissionais capacitados no Brasil. Fechamos este mês com mais de 5.600 profissionais capacitados — isso no sistema de inspeção federal, estadual e municipal —, mais de 220 frigoríficos, mais de 440 instituições. É pouco? Sim, para o tamanho do Brasil. É um trabalho longo. Esse é um planejamento, a longo prazo, de melhorias, de tentar começar as melhorias.

Então, muitas capacitações têm sido feitas, em diferentes locais — número de pessoas —, também utilizando bastante as instalações das universidades. No caso do SIM, do SIE, sempre procuramos juntar os profissionais dos matadouros menores na região que tem um abatedouro que pode servir de modelo positivo para os demais. Então, nós convidamos.

Só que muitas vezes a gente se depara com situações como essas das fotos que o Prof. Pedro Felício e o zootecnista Alex Bastos nos cederam. A gente se depara diariamente com situações assim. Muitos dos senhores devem pensar: *“Ah, isso aqui é antigo!”* Não, isso acontece.

Isso não dá para dizer que é abate, é uma matança. Temos matadouros onde a instalação é totalmente não apropriada. Temos também transporte onde não se respeita o mínimo de densidade, com superlotação, sem divisão dos compartimentos. Essa também é a realidade do Brasil. E onde temos que ajudar? Onde será que temos que atuar fortemente, em trabalho conjunto?

Aqui a gente tem várias instituições que fazem parte da cadeia produtiva. Está na hora de a gente parar e refletir. E, em vez de criticar.... E vai para a mídia. E até que ponto isso é realidade? Será que todos são assim? Precisamos realmente



investigar, porque isso aqui a gente tem também. Então, a gente tem uma diversidade muito grande no Brasil. E não adianta fechar os olhos, porque isso acontece, situações como essa que enfrentamos — é um videozinho —, de falta de infraestrutura às vezes nos frigoríficos.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. CHARLI LUDTKE - Por que isso acontece? Será que existe morte sem dor? Será que existe morte dolorosa? É óbvio que sim. Então, por que isso acontece? Porque não se tem o equipamento, porque há falha, porque não há fiscalização ou a fiscalização não está atuante. Ocorre às vezes arraste de animais e outras situações que expõem o animal a sofrimento intenso. Isso existe. E a gente precisa é trabalhar para melhorar. Insensibilização? Promove-se uma anestesia no animal na hora em que ele vai morrer. Faz diferença quando ele recebe cinco golpes, dez golpes com uma marreta? Em muitos Municípios ainda se utiliza a marreta, já proibida há muito tempo.

E com o que a gente se depara muitas vezes quando está no abatedouro? Vários golpes. Não se tem equipamento que funciona adequadamente. Às vezes os animais chegam lesionados, com contusões — maus tratos, sofrimento intenso. É aí que a gente tem que atuar.

Há vários exemplos. Aqui, situações de utilização excessiva do bastão elétrico, que causa descarga de corrente elétrica, queima a pele do animal. É um método extremamente doloroso. Este é um animal manejado com excesso de utilização de bastão elétrico. Será que precisa disso? Às vezes também é falta de conhecimento, falta de fiscalização atuante. Então, existem vários fatores.

Estas fotos foram cedidas por um colega da Bahia: a comercialização desses produtos. Aqui mesmo em Brasília, a gente vai encontrar a comercialização de carnes em feiras. A Rejane mostrou a questão das DTAs, as zoonoses e tudo o mais. Então, há risco em tudo isso. Sem falar da crueldade com os animais, há o risco à saúde pública. O que realmente o consumidor está ingerindo?

Eu gostaria de chamar a atenção para algo. Muitas vezes se fala assim: *“Ah, tem que fechar, porque aquele abatedouro não tem condição mínima!”* Não é simplesmente punir.



Como o Mário falou, precisamos de linha de crédito, recursos financeiros, com fiscalização, para melhorar essas instalações. Não adianta fechar matadouro com intervenção do Ministério Público, porque, depois de 1 ano ou alguns meses, vai haver uma demanda maior de abate clandestino na região e se cria outro problema. Mas também a gente não pode aceitar o errado como normal. *“Ah, porque tem SIM, porque tem SIE!”* Porque tem o carimbo da inspeção, ele confia na carne que está consumindo. Que carne é essa? Como está a condição daquele abatedouro? Será que realmente ela é confiável? Não dá para generalizar — há matadouros pequenos que estão bem —, mas as condições são precárias, e a gente tem que atuar.

Uma das situações que eu vejo que prejudicou, de certa forma, foi a criação da Lei nº 7.889, em 1989, na época do Presidente Sarney, que descentralizou a inspeção, criou três sistemas distintos de inspeção, passou responsabilidades ao Estado e ao Município, criou o SIM e o SIE. Não havia coordenação. Então, o que aconteceu praticamente? Os Estados e os Municípios não atuaram fortemente, e o trabalho de inspeção ficou abandonado. Aí vemos a discrepância.

O Mário mostrou a quantidade de Municípios que hoje não têm veterinário, principalmente veterinário exclusivo para fazer a inspeção municipal, ou têm um responsável técnico que no máximo fica 3 horas por semana no estabelecimento. Em que fiscalização ele pode atuar?

Esse trabalho da Confederação Nacional de Municípios mostra muito isso. Foram avaliados no questionário 4.131 Municípios, e somente 17% desses Municípios tinham realmente um Serviço de Inspeção Municipal, com leis, com médicos veterinários específicos. Então, a gente está com um problema bastante sério; é fato, não é novidade para ninguém.

Um programa que eu acho uma boa saída e que tem condições é o SISBI/SUASA, que estabelece a possibilidade de os Municípios, os Estados aderirem a esse sistema e comercializarem em âmbito nacional os produtos, desde que estejam em equivalência. Então, eles vão receber uma auditoria, uma avaliação. Porém, a adesão é voluntária. É um programa criado em 2006 e que necessita de um aporte maior de recursos, necessita de pessoas, de um quadro maior de funcionários porque ele é um programa que tem chances, sim, de melhorar os sistemas de fiscalização — a unificação dos sistemas.



Porém, em que evoluímos desde 2006, nos últimos 6 anos? Evoluímos, sim, mas pouco, talvez porque é uma adesão voluntária. Por que não torná-la obrigatória? Já foi instituído há 6 anos o programa, e é voluntário. Talvez, se houvesse recursos e obrigatoriedade, seria um caminho a se considerar na melhoria dos sistemas de inspeção.

Então, existem várias vantagens e dificuldades também dos Municípios, como o Mário disse: questão de funcionários; falta de veterinários; muitos Municípios não aderem ao sistema; treinamento.

Então, a gente conhece bem as dificuldades dos Municípios e dos Estados, na hora da adesão. Se não houver recursos, não vai sair. A gente vai continuar a ver na mídia, e muitas vezes se ofendendo *“Ah! Porque estão denegrindo a imagem da fiscalização”* Mas é a realidade muitas vezes.

Então, há necessidade de haver um órgão coordenando as inspeções, os sistemas de fiscalização no Brasil. Quando foi criada a Lei 7.889, não se falou de uma coordenação; deixou-se a responsabilidade para o Estado, para o Município. Nesse sentido também, há necessidade de um órgão que coordene essa fiscalização no Brasil, porque a gente está consumindo esses produtos; é representativo; não sabemos qual é o número de abatedores que temos no Brasil, e, se não houver uma organização e uma coordenação, vai ficar muito difícil. A gente vai continuar a ver essa discrepância entre os frigoríficos federais, exportação, no mercado nacional, e os pequenos, que são os que carecem.

Então, como sugestão e consideração final, eu ficaria muito feliz se a gente conseguisse, pelo menos, sair daqui com a necessidade de criar de uma comissão. Nós precisamos criar uma comissão para verificar até que ponto é realidade. O que a gente tem hoje no Brasil? Ninguém sabe! Quantos abatedores há no Brasil? Abatedouros federais, 3.600? Três mil e setecentos? Dr. Ênio que me corrija, mas é próximo a isso. E nos Municípios, Mário? Quantos abatedores temos no Brasil? Não se sabe.

Então, se a gente não criar uma comissão para avaliar, verificar como está isso, como está o serviço no SIM no SIE, não adianta abrir abatedouro. Porque o que acontece muito hoje é assim: abre-se um abatedouro — temos hoje muitos abatedores problemáticos, um grande número, que não são viáveis



economicamente e, às vezes, estão promovendo situações de crueldade e de risco de segurança alimentar. Então, até que ponto isso realmente traz benefícios e desenvolvimento? Então, a gente tem de verificar; tem de fazer um diagnóstico da situação. O trabalho que a CNM está fazendo é muito importante, de verificar o número, com está a situação. Então, temos que criar, sim, uma comissão, para verificar a veracidade dessas situações e o que temos no Brasil.

Temos que reestruturar o serviço de fiscalização. Isso necessita de um planejamento, porque a gente sabe que Brasil não é só serviço de inspeção federal; nós temos de ajudar o Estado e os Municípios. E, aí, é preciso haver uma reestruturação do serviço de fiscalização; necessita-se de linhas de crédito.

É preciso haver ainda melhorias no quadro de profissionais, contratação, o veterinário não ser um cargo de confiança nas prefeituras mas preenchido por concurso público.

O SISBI/SUASA, talvez, deva daqui a um momento se tornar obrigatório, se houver linhas de crédito. Porque, senão, a adesão dele continuará muito pontual. E como a gente vai conseguir reestruturar e ajudar?

É necessário planejamento de trabalho e ações em conjunto. Então, não adianta a gente ver as feiras, ver abate clandestino, se não trabalharmos ao longo do tempo em conjunto com o Ministério Público, com a Vigilância Sanitária, que faz um trabalho bom e importante, com a Polícia Militar, para inibir. Mas não adianta punir sem dar alternativas. Vai fechar e, no mês seguinte, vai abrir em outro local.

Então, tem que haver um trabalho em conjunto e uma ação a longo prazo. E isso requer tempo. Não é uma situação política. Eu diria que seriam no mínimo uns 10 anos de atuação para promover a melhoria.

Portanto, o primeiro passo seria fazer um diagnóstico da situação, planejar e organizar um plano de ação, comprometer-se a mudar, parar de aceitar o errado como normal, como muitas vezes a gente vê. E, quando se trata de matadouros, a gente vê situações inadequadas em todos os locais, assim também como bons modelos a serem seguidos. Só assim a gente vai conseguir ter uma melhoria na produtividade, nas condições de trabalho e nas qualidades dos produtos — segurança alimentar. Isso é bom tanto para nós quanto para os animais.



Para encerrar, eu queria deixar a mensagem de que para os animais não importa o que você pensa, e, sim, o que você faz. Então, vamos atuar, promover melhorias e parar de aceitar o errado como normal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer à Dra. Charli Ludtke, Gerente de Animais de Produção da ONG WSPA/Brasil, e anunciar também que já estiveram nesta reunião os Deputados Paulo Cesar Quartiero e Arnaldo Jordy.

Registro meu agradecimento à Deputada Mara Gabrilli, minha colega, que inclusive atuou conosco para que esta audiência pública pudesse ocorrer. Com certeza ela deve estar percorrendo outras Comissões, e ela tem mais dificuldade de acessibilidade do que qualquer um de nós, por ser tetraplégica. Mas a Mara foi uma pessoa que se empenhou muito. A Deputada Mara Gabrilli, Deputada Federal do Estado de São Paulo, tem nos ajudado bastante.

Cumprimento também a Tanira Azevedo, voluntária da Frente Parlamentar, nossa companheira, colega sempre aqui.

Passo a palavra agora ao próximo palestrante, Roberto Smeraldi, Diretor da ONG Amigos da Terra, organização que deu início a este debate, por conta de denúncias que foram apresentadas na *Rede Globo de Televisão*, e que, na verdade, congrega, agrupa os vários reclamos da sociedade em função das duas questões, a da saúde pública e a ambiental, dos maus tratos aos nossos animais.

Portanto, com a palavra o Roberto Smeraldi.

O SR. ROBERTO SMERALDI - Obrigado, Deputado, pela iniciativa de convocar rapidamente a audiência pública e provocar mais uma vez esta discussão, conforme tem feito em sua atuação parlamentar, já várias vezes.

Eu não sei se em algum momento é possível que os presentes possam assistir ao breve vídeo que lançamos hoje de manhã no Senado, porque acho que a gente fala muito em lei, fala muito em regulamento, fala muito em serviço de inspeção, etc., mas às vezes a realidade fala por si mesma, e fala mais claro do que... é possível?

(*Exibição de vídeo.*)



O SR. ROBERTO SMERALDI - Obrigado. Mais uma vez, Deputado, acho que isso facilita uma discussão mais objetiva. Se não há risco, realmente, às vezes a gente discute a lei, o sistema federal, o sistema estadual, esse sistema, mas esquece daquilo que depois acontece na realidade.

A primeira observação nossa ao realizar essa longa viagem durante 8 meses Brasil a fora, em oito Estados, ao visitar duzentos e poucos estabelecimentos, não é aquela de pegar um caso extremo, mas de ver um padrão.

A primeira observação é a de um padrão. Observem muito bem, não estamos aqui falando de abate clandestino, não. Nós não focamos isso. Até trabalharemos sobre isso, mas esse é o abate legal, esse é o abate com inspeção estadual e municipal. Sobre o abate clandestino a gente até vai fazer outro trabalho. Então, é importante entender qual é o segmento que focamos. Muitas vezes até a imprensa confunde, dizendo: *“Ah, Amigos da Terra estão fazendo um trabalho sobre abate clandestino.”* Não, nós quisemos focar isso, porque na realidade — aí vem o próximo ponto — é uma ficção aquilo que nós temos criado com a lei de 89. E essa ficção, Deputado, aqui estamos no Legislativo, temos que superar.

Qual é a prova da ficção? A prova da ficção é que temos quatro níveis de carne diferentes: aquela que pode ser comida no exterior, que tem todos os critérios e garantias; aquela que pode circular Brasil a fora, que tem quase todos os critérios daquela que exportamos, mas, vamos dizer, é satisfatória; depois, temos aquela que — sei lá por que — pode circular só dentro do Estado. Se ela foi inspecionada, por que ela não pode circular pelo Brasil inteiro? E por que a outra pode circular só dentro do Município?

Então, o primeiro ponto é que há uma falha sistêmica. Não podemos tolerar que uma carne... Ou uma carne vale para ser consumida em qualquer lugar ou não. Ou ela é condenada ou ela pode ser comida quando o senhor para ao longo da estrada no Município tal, ou quando o senhor está na sua residência, em São Paulo. Não muda. Ou quando o senhor está aqui exercendo seu mandato em Brasília. Não muda.

Por que focamos na exigência de um sistema único? Exigência, não é voluntariedade. Porque a gente viu que não há interesse Brasil a fora em aderir ao SISBI. Não há. E faz sentido que não haja interesse. Por que não há interesse? Não



é só uma questão de faltar recurso, não. É mesmo falta de interesse. Se o gestor daquele empreendimento tivesse interesse, ele iria para o SIF diretamente. Se ele está em outro padrão, é porque ele entende que não quer se encaixar num nível que exija uma fiscalização mais avançada. Então, ele não tem interesse de entrar no SISBI, porque, na realidade, quem teria interesse de entrar no SISBI já entrou no SIF. Essa é a realidade.

Ou a gente transforma isso num sistema único, com obrigatoriedade... Aí, não interessa quem é responsável pela fiscalização da inspeção. O que interessa é que a inspeção tenha um padrão único, e que a carne — seja ela inspecionada por qualquer órgão habilitado para inspecioná-la, de qualquer nível, seja municipal, seja outro —, possa circular em qualquer lugar. Pode circular no Município, no Estado, no País ou ser exportada. É a esse objetivo que vocês legisladores devem nos levar.

Outro assunto diz respeito aos veterinários. Quero ser muito claro aqui que não é uma questão de falar bem ou mal de uma categoria. Todas as categorias... Temos as ONGs picaretas, temos os políticos picaretas, é óbvio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO SMERALDI - Eles estão na outra sala. *(Riso.)*

O que se precisa entender é se há punição, se há afastamento, se há suspensão de carteirinha, se há reação a isso, ou se isso é considerado também parte dessa convenção, desse grande faz-de-conta que se tolera.

E não é uma questão de desvio individual. A gente viu, de novo, uma coisa sistêmica. Ele responde ao Prefeito e, portanto, ele não responde à função dele, ao juramento que fez pela saúde pública. Então, se ele é um cargo de confiança, ele responde a outra lógica, a lógica da confiança. Claro que ele não tem a confiança do consumidor, a confiança da coisa certinha. É como se o seu médico lhe desse um remédio que só vale num município, não vale em outro. Imaginem isso. Imaginem sua saúde... Imaginem o seu médico dizer: *“Esse remédio só vale neste Município.”* Essa é a situação, mas todos acham isso normal. Vocês acham isso normal. Ninguém está se preocupando em mudar isso. Então, quando se conta isso, a gente vê que é um absurdo aparente.

Temos outro vídeo com o Presidente do Conselho dos Veterinários de São Paulo, que fizemos semana passada, em que ele diz: *“De fato, as estruturas nem*



permitem que um veterinário possa entrar lá e assinar qualquer coisa, porque a própria infraestrutura física é condenável. Não dá para entrar. Teria que se fechar todos.” Foi ele quem disse isso. Mas no dia a dia nós toleramos isso.

Então, o primeiro ponto é o seguinte: Temos que parar com essa vista grossa, parar com essa tolerância. Realmente, é uma situação de saúde pública e ainda é um indicador de uma série de outras coisas, como as ambientais. O Ministro Sarney que tem muita experiência nessa área.

Quando a gente mostrou o que ocorre no Distrito Federal, o descarte de vísceras e de sangue diretamente nas lagoas, sem proteção, vocês veem que é a carne que vocês comem aqui, dentro do Distrito Federal.

Então, estamos com a situação sanitária que aponta para uma série de outras irregularidades trabalhistas. Daí vem toda a história do bem-estar animal. O uso da marreta como sistema é para poupar centavos. Vimos que em alguns lugares em que há equipamento, mas não usam, preferem a marreta, porque no final poupam centavos no abate. E o veterinário assina, mesmo que não esteja lá. Ele passa semanalmente ou quinzenalmente para assinar o bloco e deixar aquilo pronto lá para ser comercializado.

Então, se nós eliminássemos a hipocrisia do triplo padrão e do quádruplo padrão e o veterinário parasse de assinar, aí sim, realmente... Eu gostei muito das suas conclusões, mas tenho só um detalhe: a gente não pode confundir e dizer que fechar não adianta. Não. Fechar não é suficiente, mas é necessário. Eu concordo que não podemos nos limitar a fechar esses locais, porque eles são abertos no dia seguinte. Mas isso não significa que não tenha que fechar. Uma é condição para depois se fazer a ação corretiva.

Pronto! Este é o recado. Como chegamos a isso? Chegamos com um trabalho que começamos lá, naquele tempo. O Ministro Sarney lembra-se de quando fomos para a Amazônia ver a situação do gado e do desmatamento. Viajamos junto para Marabá, para o norte do Mato Grosso para vermos as primeiras boas experiências.

O que aconteceu depois? Aconteceu que o Ministério Público começou a negociar TAC com as empresas compradoras, e dizer: *“Esse boi você não compra.”* A gente ouvia: *“Ah, está bem. A gente viu que funcionou. Fomos lá ao frigorífico,*



recusamos 2 mil bois aqui, mil bois lá.” Só que a gente começou a ver que esse boi chegava ao mercado igualmente. Eles chegavam ao mercado, porque não eram três, cinco, dez, cinquenta frigoríficos, eram 1.520. Foi lá que nós começamos a contar. Hoje, o Dr. Ênio estava me perguntando: “Mas quantos são mesmo? Vocês contaram?” Eu disse: “Olha, nós contamos há um mês. Não sei se hoje é o mesmo número.”

Então, é uma conta dinâmica. Houve uma explosão de fato, uma explosão de unidade. *(Pausa.)*

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

Ao mesmo tempo, trata-se de viabilizar um sistema único que garanta ao consumidor não só a inspeção mas a rastreabilidade que pode efetivamente, ao longo da cadeia, atender àquelas demandas.

É engraçado a gente ver nesses dias como as grandes redes de supermercado, todas elas, até os grandes frigoríficos reagiram com campanhas de propaganda da imprensa com a palavra rastreabilidade. Esse é um grande avanço. Antes, falar em rastreabilidade parecia sonho para nós. Hoje, eles estão colocando isso como condição do negócio.

Outro dia, fui a uma das três grandes redes, da qual não quero dizer o nome, que lançou um programa. Colocaram a rastreabilidade não mais como um custo, como antigamente ocorria, mas como um benefício oferecido pela própria rede. Eu falei: *“Olha, essa é a grande mudança. Vocês estão começando a entender que isso não é um custo a pagar, é o resultado.”*

Quando estivemos na Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, no final do Governo Lula, entregamos ao Presidente um enorme relatório sobre os determinantes sociais da saúde, pela pobreza, pela poluição. Algo em que se começou a mostrar a questão da obesidade, as questões infantis, etc. O alimento entrou como grande novo protagonista desse tema, não só pelos problemas do abate, mas do alimento em geral, do alimento industrial, dos açúcares, das gorduras hidrogenadas e de outras coisas. Mas hoje realmente nós temos um foco prioritário nas políticas de saúde. E esse é um custo social.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Tripoli) - Gostaria de agradecer ao Sr. Roberto Smeraldi, Diretor da ONG Amigos da Terra, de anunciar a presença, nesta audiência pública, do Deputado Federal Sarney Filho, que preside a Frente Parlamentar Ambientalista e já presidiu esta Comissão, e de agradecer publicamente ao Presidente Penna, que me designou para presidir esta reunião, esta audiência pública pelo fato de ter sido o autor do requerimento. Mesmo não sendo mais Presidente, S.Exa. continua acompanhando e apreciando todo o trabalho da Comissão, o que nos dá grande orgulho e honra, porque ajudará muito na sequência da elaboração do relatório que a Comissão fará.

Tenho registrados os nomes de alguns Deputados. O Deputado Sarney Filho gostaria de usar a palavra. Depois, teremos a participação de duas pessoas que fizeram suas perguntas através da Internet. Temos ainda a solicitação do Bruno Pinheiro, representante da FALA - Frente de Ações pela Libertação Animal Brasília. Assim que os Deputados falarem, vamos iniciar as falas, já que ainda não nos chamaram no Plenário.

Tem a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente Tripoli, antes de tudo, meus cumprimentos pela iniciativa relevante, necessária e oportuna de convocar esta audiência pública.

Infelizmente, hoje é terça-feira, e terças e quartas-feiras são os dias em que se concentra mais o trabalho do Congresso. E como sou Líder do Partido Verde, participei da reunião de lideranças. Além disso, tivemos a Comissão Externa que trata da tragédia do Rio de Janeiro, da qual sou o Coordenador, e que ocorreu também no mesmo horário. Por isso não pude ter o privilégio de poder participar ativamente, mas como sei que esta reunião está sendo transmitida pela Internet, vou acessá-la depois, e poderei aprender um pouco daquilo que foi dito aqui.

Quero ressaltar também a presença do Sr. Roberto Smeraldi, pessoa que conheço há muitos e muitos anos. Não quer dizer que sejamos velhos, mas antigos na causa. Sei da sua preocupação com a sustentabilidade. É um daqueles dirigentes de organizações da sociedade civil que pensa a longo prazo, que tem uma visão longa. Sempre defendeu o desenvolvimento sustentável, nunca foi contra o



desenvolvimento, daí por que o trabalho da sua ONG tem contribuído para o meio ambiente. Sou testemunha disso.

Por isso, em nome de Roberto Smeraldi, cumprimento todos os membros da Mesa que têm lutado em prol da causa da sustentabilidade. É uma causa bastante ampla e evidentemente inclui essas preocupações.

Fiquei extremamente chocado com as imagens. Eu já havia visto uma vez um documentário sobre os abatedouros nos Estados Unidos. Não me lembro quem produziu o programa, mas é chocante o retrocesso que houve lá. E aqui as coisas são ainda piores. É preciso que nos debrucemos sobre isso. E digo mais. Tenho conversado com o Deputado Tripoli, representante maior da causa dos animais no Congresso Nacional, sobre a oportunidade de criarmos uma CPI a esse respeito. Infelizmente, há muitas CPIs na lista, por isso não me dediquei integralmente logo a colher essas assinaturas, justamente sobre o desmatamento ilegal em terras indígenas. Para esta CPI já colhemos assinaturas.

Quando essa matéria foi divulgada no *Fantástico*, nós ficamos realmente muito preocupados e apavorados. Para o Deputado Tripoli ter ideia, ainda estávamos colhendo assinatura para a CPI da extração ilegal de madeira em terras indígenas. Ela já está pronta, já foi enviada para a Câmara dos Deputados, mas está na fila.

Talvez possamos pensar, Deputado Tripoli, em fazer uma CPI conjunta, Senado e Câmara, para não entrar na fila. Vamos amadurecer esta ideia nesta reunião.

No mais, não tenho perguntas, tenho só perplexidade a demonstrar. Acredito que o Governo, o Poder Executivo, também está preocupado com isso, pois a ilegalidade é grande. Isso decorre de vários fatores, dentre esses a incapacidade material do Executivo tomar conta dessa imensidão, o que não exime os Executivos Federal, Estadual ou Municipal. Trata-se de uma questão da qual o Parlamento não pode passar ao largo. Temos que balizar procedimentos, talvez até mesmo na proposição de leis, de regramentos que possam tornar esse balizamento mais claro, transparente, mais objetivo e que a sociedade possa acompanhar mais objetivamente essas questões tão fundamentais para a nossa saúde.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Deputado Sarney Filho pela intervenção, sempre Ministro do Meio Ambiente, preocupado com a causa animal. S.Exa. sempre deu abertura para que os debates ocorressem no período da sua gestão à frente do Ministério e hoje tem nos ajudado bastante não só na Comissão de Meio Ambiente, mas presidindo a Frente Parlamentar Ambientalista.

Concedo a palavra ao Sr. Bruno Pinheiro. V.Sa. dispõe de 3 minutos para sua manifestação. Em seguida, passaremos às perguntas dos internautas.

O SR. BRUNO PINHEIRO - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Bruno Pinheiro. Sou da FALA, Frente de Ações pela Libertação Animal. Inicialmente, gostaria de parabenizar o Deputado Tripoli por ter requisitado esta audiência pública e presidi-la.

Precisamos debater esse assunto cada vez mais no Brasil. No exterior é muito debatido, mas aqui existe uma certa carência, e a sociedade a cada dia tem exigido isso dos Parlamentares.

Gostaria de fazer uma pergunta à representante da WSPA, cujo trabalho respeito muito, mas antes gostaria de fazer uma pequena introdução, se me permitem. Primeiro, gostaria de fazer uma crítica construtiva, espero que olhem pelo lado positivo. Represento aqui o movimento do direito dos animais, movimento que tem crescido muito no Brasil, mas não estamos nos sentindo tão incluídos nesses debates porque o direito fundamental pelo qual a gente luta é o direito fundamental à vida dos outros animais. Então, a gente gostaria de cada vez mais estar presente a esses debates para falar um pouco de algo que no exterior já é até disciplina em curso de graduação, que é Direitos de Animais.

Então, é uma crítica construtiva, que eu espero que seja levada em consideração. E, para introduzir a pergunta à nossa amiga da WSPA, para contextualizar a pergunta, eu falei de direitos de animais, falei do direito fundamental à vida, pelo qual a gente luta, mas também eu gostaria de falar que a gente luta pelos outros animais, porque, além da sensibilidade que todos sabemos que eles têm, eles têm consciência, e isso já foi constatado por meio de estudos de neurocientistas. Ano passado, foi divulgado o Manifesto Cambridge sobre a Consciência em Animais, falando que, além da sensibilidade, eles têm a consciência



de que estão vivos e de que querem continuar vivos. E isso forma o critério que é defendido filosoficamente da senciência, que é a sensibilidade mais a consciência. É esse critério que torna animais diferentes dos vegetais, por exemplo. E é por isso que a gente defende esse direito fundamental à vida dos animais.

E a gente viu aí — e o representante da ONG Amigos da Terra também mostrou — a situação de abatedouros legalizados. É uma realidade não só nos abatedouros clandestinos, mas inclusive nos legalizados. A gente vê toda essa dor e esse sofrimento que foram mostrados aqui.

Então, uma coisa está muito clara: para nós, os animais estão sob ataque. Não é outro país que está atacando os animais, a gente não precisa pegar em armas, não precisa criar bombas atômicas para lutar contra isso, porque é uma indústria que está por trás disso. O que a gente precisa fazer é simplesmente parar de comprar. É isso o que gente defende. E é a partir daí que eu quero fazer a pergunta à nossa amiga.

Em determinado momento, a senhora citou que — aliás, o próprio Diretor da ONG Amigos da Terra mencionou isso — entre fechar um abatedouro irregular e propor, por exemplo, linhas de crédito, a senhora foi a favor dessa proposição de linhas de crédito para melhorar as condições dos animais lá dentro. A minha pergunta é: considerando isso e reforçando o que a senhora falou de que não está aqui para criticar ninguém, mas para colaborar, para ajudar na solução desse problema, existe realmente alguma ação dessa gerência de animais de produção da WSPA que defenda o direito à vida desses outros animais? Além da forma como eles são tratados, chegam a expandir isso para o direito à vida, para que eles permaneçam vivos, para que eles tenham os seus direitos fundamentais respeitados? Esta é a pergunta.

E eu estou perguntando isso porque, como diz um professor norte-americano de Direito, chamado Gary Francione, a nossa sociedade vive uma esquizofrenia moral, porque a gente fala uma coisa, como os outros animais deveriam ser tratados, mas infelizmente faz outra. A gente fala que é errado causar sofrimento desnecessário aos animais, mas acaba causando esse sofrimento, seja por motivo de lazer, de diversão ou de conveniência. E, para finalizar, ele diz que não é necessário, em nenhum sentido, alimentar-se de produtos de origem animal e que



se a gente faz isso é porque gosta, porque sente prazer com esses alimentos de origem animal. E se realmente a gente leva a sério essa ideia de que é errado causar sofrimento desnecessário, seja por motivos de prazer, diversão ou conveniência, o prazer em comer a carne, por exemplo, não pode ser uma atitude moralmente justificável. E é por isso que ele cita que estamos vivendo uma esquizofrenia moral.

Obrigado.

A SRA. CHARLI LUDTKE - É uma tese, não é, Bruno?

Com relação aos direitos dos animais, eu concordo plenamente com você na questão do direito à vida, da consciência, de que todo animal sente dor. Quando nós decidimos na WSPA trabalhar nessa linha de melhorar o que nós temos agora, não é que somos contra, nós somos totalmente a favor. Então, o que nós decidimos? Num plano de ação, trabalhar onde vemos os piores cenários de sofrimento. Começamos pelo abate, agora, estamos trabalhando transporte, trabalhando a questão das gaiolas, o sistema de gestação individual em gaiolas, para proporcionar ao animal, do nascimento até à morte, independente do direito, uma vida digna, sem dor, sem sofrimento, que ele não seja exposto a maus-tratos e cujo comportamento seja respeitado.

Então, a nossa atitude sempre foi neste sentido, de tentar melhorar o que se tem e os locais onde há os maiores problemas de condições precárias de bem-estar animal.

Com relação ao que você comentou, talvez, eu possa ter me expressado erradamente quanto a não fechar o que existe. Quando realmente há matadouros errados, que não são abatedouros, há uma matança, porque não têm equipamentos de insensibilização, os animais são conduzidos de forma dolorosa. Então, não diria que é um frigorífico, não diria que é um abatedouro. Esses matadouros deveriam, sim, ser fechados, mas acho que isso caberia a uma comissão que definisse quais os abatedouros que têm condições de funcionar e que podem absorver, naquela região, o volume de abate.

A quantidade de consumo de carne não se modifica de um dia para outro, mas, ao longo do tempo, temos percebido que há um crescimento de pessoas vegetarianas. Mas temos que enxergar a realidade, e hoje o Brasil abate mais de 5



bilhões e existem milhares de animais que morrem numa situação de caos, sem insensibilização.

Então, o que temos que fazer? Educar e agir. E eu acho que, realmente, nesse sentido, é preciso haver uma Comissão, é preciso haver uma CPI, porque é sério. A gente está fechando os olhos. E esse caminho do direito dos animais, eu não descarto, ele é importante. Só acho que muitas vezes que a gente perde a força, porque não é fácil trabalhar em abatedouro, capacitá-lo. O pessoal que roda o Brasil inteiro vê o caos e, às vezes, não consome carne de tanto ver irregularidades, apesar de também ver situações boas. Há pessoas que fazem da forma correta.

Acho que devemos ser proativos e, independentemente de ser direito “bem-estarista” dos animais, nós temos que chegar ao final, proporcionar melhorias, se é vegetarianismo, se é melhorar o que tem agora e continuar consumindo, mas devemos proporcionar algo melhor.

O SR. BRUNO PINHEIRO - Com licença, Deputado, gostaria só de fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Bruno, só um instantinho, que entrou mais gente aqui. Se der tempo, você faz a intervenção. Aperte o botão aí.

O SR. BRUNO PINHEIRO - Apenas para demonstrar a nossa intenção de participar dessa CPI, e até parabenizar o Deputado Sarney Filho por propor isso. A gente quer estar junto, a gente quer trabalhar em parceria. Então, a gente se coloca à disposição para isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só uma correção: quem propôs foi o Deputado Tripoli. Eu apoio integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós vamos fazer conjuntamente. Acho que o importante é que, quanto mais vocês puderem nos ajudar e participar, melhor.

Aproveitando que o Sarney está respondendo aqui, nós temos internautas do Portal *e-Democracia*, da Câmara Federal, e o Marcos de Sousa Lima, que é estudante do curso de Veterinária da UnB, faz a seguinte pergunta: *“Existe no Brasil algum abatedouro que já adota normas para que os animais tenham uma morte mais digna, ou seja, que não sofram tanto?”*



A SRA. CHARLI LUDTKE - Bom, Marcos Lima: sim, existem, há muitos abatedouros, frigoríficos — o Roberto está aqui — que estão em condições excelentes, diria que melhores até que internacionalmente, onde há treinamento das pessoas, onde há silêncio, sem nenhum animal vocalizando, nenhum animal sofrendo, onde as práticas são executadas de forma correta, porque existe, sim, morte sem dor.

Os animais são seres sencientes, têm capacidade de sentir dor, mas existem métodos, procedimentos, boas práticas de manejo que são adotados em diversos frigoríficos, além de haver fiscalização atuante. Eu acho que o veterinário, e não apenas ele, tem um papel fundamental. Às vezes, quando a estrutura do frigorífico é ruim, mas se o veterinário é bom e cobra, ele pode, sim, ter uma realidade completamente distinta em relação a outro frigorífico com uma megaestrutura boa, mas que o veterinário não atua na fiscalização. O papel do médico-veterinário de não ser conivente com a situação e cobrar é fundamental.

Então, Marcos, a gente não está assim num cenário desesperador, mas infelizmente há um cenário melhor nos médios e grandes abatedouros, em que se têm melhores condições. Os menores frigoríficos têm abatedouros bons, mas não são generalizados. E é nessas situações que temos que atuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito bem, Charli.

Há aqui o próximo internauta, que é o Rodrigo Moraes Castro, 29 anos, engenheiro ambiental aqui de Brasília. A pergunta é para mim: *“Deputado Tripoli, logo no início da audiência, o senhor falou sobre o Projeto de Lei nº 215, de 2007, que institui o Código Federal de Bem-Estar Animal. Inclusive, o projeto trata de abate humanitário, estabelece normas rígidas a serem cumpridas pelos abatedouros. O que eu posso fazer, como cidadão e defensor dos animais, para que essa proposta seja apreciada o mais rápido na Câmara Federal?”*

Ora, Rodrigo, o nosso sistema é presidencialista, ou seja, na Câmara, quem faz a Ordem do Dia é o Presidente da Câmara, obviamente, depois de ouvir os Líderes das bancadas. É fundamental que você e seus amigos se mobilizem, através de *e-mails*, telefonemas, cartas ao Presidente da Câmara, ao Colégio de Líderes, para que façam com que esse projeto ande. Nós não estamos entrando nem no mérito, se se deve votar favorável ou contra. Obviamente, tenho interesse



em aprová-lo, mas nós podemos aceitar algumas emendas, alguns substitutivos, enfim, fazer uma adequação ao projeto para que possa ser o mais representativo possível.

O que é importante, o que é fundamental é que tenhamos uma lei específica que lide com essas questões. Não adianta ter colcha de retalhos. Eu vi aqui a exposição da nossa representante do IBAMA, a Raquel, que disse que o primeiro decreto, a primeira lei, a norma que instituiu a proteção aos animais é de 1934. Naquela época, Getúlio Vargas já determinava ao Ministério Público a tutela dos animais. A preocupação que se tinha com os animais, em 1934... Imaginem, o Presidente Getúlio Vargas, em 1934, dizendo que a tutela dos animais ficaria conferida ao Ministério Público, dada a importância que os animais tinham naquele período.

Quer dizer, nós regredimos, nós não temos uma norma única em que estaríamos preparados, depois de 3 anos discutindo um projeto que definiria essas linhas de ordem política. Ou seja, se não houver uma indução política, vai acontecer o que aconteceu também aqui com a questão da Confederação Nacional dos Municípios. Ou seja, há leis estaduais, municipais, federais, mas não há um entendimento do todo no que diz respeito a animais.

Estamos enfrentando um desafio agora que é a chamada Lista Pet, à qual somos contra. Por quê? Porque os amadores já têm licença; eles querem, agora, partir para o processo de comercialização, o que seria uma aventura imaginar que se tenha animais, espécies em extinção no Brasil... Dou um exemplo prático aqui. Um filhote de arara azul na Alemanha deve valer em torno de 2 mil, 3 mil dólares cada animal. Eles pegam aqueles dutos, furam, anestesiaram os animais, enfiam ali. De cada 10, chega meia dúzia viva lá — 2 mil, 3 mil dólares cada um. Está quase valendo mais trabalhar no tráfico de animais silvestres do que no tráfico de entorpecentes. Então, é isso que vem ocorrendo.

Pior do que isso ainda, animal, a partir de agora, se aprovada essa Lista Pet, vai ter que ir ao Itamaraty tirar passaporte, porque, quando o IBAMA apreende o animal, percebe que o animal não é brasileiro, mas sim venezuelano, terá que perguntar ao animal: *o senhor é brasileiro? é venezuelano? tem sotaque? não tem?* Quer dizer, é um negócio inimaginável que possa estar acontecendo isso hoje no



Brasil. Há as fronteiras e, para legalizar, se diz: não, esse tucano não é brasileiro, por isso, está sendo criado em cativeiro. Esse preguiça não é; esse primata não é. Enfim, com as várias espécies da fauna silvestre ocorre dessa forma. Portanto, acho que nós estamos no caminho.

Queria, antes de encerrar, perguntar se algum dos palestrantes quer um minutinho para fazer sua última intervenção. *(Pausa.)*

Pois não, Mário Augusto.

O SR. MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO - Só para concluir e agradecer pelo convite feito à Confederação Nacional dos Municípios para que participasse. Nós somos parceiros para que possamos ter uma boa solução para toda essa problemática que envolve o abate e o sistema de inspeção no Brasil, seja municipal, estadual ou federal. Estamos entrando nesse processo, nessa luta para tentar resolver essa situação. Estamos com boas parcerias, como a do MAPA. O Dr. Ênio é parceiro nas ações que vamos desenvolver agora, a partir de julho, quando começam nossos seminários nacionais.

Com relação à sugestão, Dr. Ênio, que gostei, apresentada acho que pela Charli, da criação da Coordenação Nacional do SINDIPOL, achei interessante essa criação.

E a questão também de se ter cuidado com a adesão obrigatória. Não que não possa ser avaliada, mas, no momento em que se determinar a adesão obrigatória, que não se faça uma prefeiturização, como diz o Presidente Paulo Ziulkoski, da CNM. E os recursos? Nós temos que viabilizar os recursos necessários para que possa haver, então, essa adesão obrigatória ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA e ao CISPOA.

Era isso, muito obrigado. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado a você.

Passo agora a palavra ao Roberto Smeraldi.

O SR. ROBERTO SMERALDI - Obrigado, Deputado.

Eu queria, na realidade, até fazer um registro, porque temos aqui vários veterinários e conversei com eles antes da sessão. Eles acompanharam e estão representando os sindicatos e associações da categoria de veterinários. Isso é muito



importante. Eu estava dizendo que precisamos deles como aliados e precisamos preservar a figura do bom veterinário, preservar a figura do veterinário crível.

Então, acho que a proposta da CPI conjunta é extremamente valiosa. Não sou daqueles que tem a CPI mania, que se quer fazer sobre tudo, mas aqui eu acho que sim. Há elementos, porque a investigação é suficientemente ampla e complexa para se fugir àquela coisa de uma investigação setorial, que é específica, por exemplo, da coisa sanitária ou da coisa do IBAMA. Trata-se de uma coisa sistêmica, que junta uma malha de competências extremamente complexa. E ela está vinculada à formulação, quer dizer, a ideia de uma investigação que, depois, crie base para uma formulação normativa apropriada.

Por exemplo, os aspectos que a gente apontava nos Conselhos de Veterinária. Como é possível que até os políticos cassem Parlamentares e lá não se casse ninguém? É uma coisa que tem que se entender como funciona o sistema, a quem se presta contas, porque depois os próprios veterinários dizem: *não, nós somos profissionais sérios, trabalhamos, não queremos nosso nome poluído por esse tipo de coisa.*

Então, acho extremamente adequado — faço este registro aqui na presença dos profissionais —, por essa complexidade e essas relações entre um tema e outro. Afinal, falamos de bem-estar animal, falamos de saúde pública, falamos de meio ambiente, e diferentes ares, não só pela poluição mas também pela origem do animal; não falamos aqui de todos os aspectos anteriores, porteira a dentro e desmatamento, erosão e outras coisas que acontecem. Mas se a ideia é construir uma rastreabilidade, construir uma articulação da cadeia em cima dessa rastreabilidade, eu considero que o olhar do Parlamentar, o olhar investigativo do Parlamentar, não só para levantar uma irregularidade, mas para entender as falhas do sistema é extremamente adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vamos, então, agora, ao encerramento da nossa audiência pública, agradecendo ao Dr. Ênio Antônio Marques Pereira, à Rejane Alves, à Raquel Sabaini, ao Mário Augusto Ribas Nascimento, à Charli Ludtke e ao Roberto Smeraldi.



Lembra-me aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Penna, que amanhã, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário 2, neste Anexo, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizará reunião deliberativa ordinária.

Assim sendo, agradeço pela presença de todos os convidados, dos Parlamentares, demais presentes e pela participação dos internautas. Teremos à disposição, inclusive, toda essa sessão pública na Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* audiências públicas.

Declaro encerrada esta reunião de audiência pública.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado.